COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 5.224, DE 2013.

Altera o Decreto-lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, para modificar a composição do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado PAES LANDIM

I – RELATÓRIO

Pelo projeto em epígrafe, o parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 1º

Parágrafo único. Os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade serão compostos por contadores e, no mínimo, por um representante dos técnicos em contabilidade, que será eleito no pleito par a renovação de dois terços do Plenário”.

Em ofício enviado à Excelentíssima Senhora Presidente da República, o então Ministro do Trabalho, Carlos Daut Brizola, vai dizer que a proposição que ora se examina “(...) *se assenta na necessidade de adaptação do CFC às circunstâncias atuais, de modo a atender adequada e proporcionalmente os contabilistas e as organizações contábeis, bem como a sociedade de modo geral*”.

Como a proposição eleva proporcionalmente a representação dos contadores em face da representação dos técnicos de contabilidade, o Senhor Carlos Daut Brizola explicava que esse ajuste se justificava porque “(...) *a Lei nº 12.249, de 2010, fixou o prazo de cinco anos para que as escolas e os concluintes de curso Técnico em Contabilidade possam se adaptar às novas diretrizes da profissão contábil no país, após o prazo descrito, passará a ser exercida*

somente por Bacharéis em Ciências Contábeis. Dessa forma, o Conselho, por meio de seu Plenário, também precisa se adequar a essa nova realidade”.

A matéria já foi examinada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, onde foi aprovada com emenda oferecida pelo Relator naquele Colegiado, Deputado Laércio Oliveira. Essa emenda agrega mais um parágrafo (o segundo) ao art. 1º do Decreto-Lei nº 1.040, de 21 de outubro de 1969, para dar aos ex-presidentes do Conselho Federal de Contabilidade assento no Plenário, na qualidade de membros honorários, com direito somente a voz nas sessões.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme dispõe o art. 32, IV, a, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania examinar os projetos quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A União tem competência para legislar sobre a sua Administração Pública. Os Conselhos Profissionais são autarquias, integrando, portanto, a Administração Federal. A esse propósito, a ementa da decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 592811 é explícita: *“Os Conselhos Profissionais possuem natureza jurídica de autarquia”*. Aliás, consolidada jurisprudência a esse propósito, e aqui, sem discrepância, a jurisprudência e as construções doutrinárias coincidem.

Vale lembrar, ainda, que o art. 22, XVI, da Constituição da República assim estabelece:

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício das profissões.”

A matéria, tanto do projeto quanto da emenda na Comissão de mérito, é, desse modo, constitucional.

No que concerne à juridicidade, verifica-se que a proposição ora analisada e a emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em nenhum momento, contrariam os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio. Eis por que são jurídicas.

Quanto à redação e à técnica legislativa, não há reparo a fazer à proposição e à emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pois elas observam as imposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5. 224, de 2013, bem como da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Sala da Comissão, em 04 de setembro de 2013.

Deputado **PAES LANDIM**
Relator